

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPANHAS DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE, VOLTADAS AO RASTREAMENTO, DIAGNÓSTICO PRECOCE, ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E DO DIABETES MELLITUS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa especializada para o planejamento, organização, coordenação e execução de campanhas de promoção, prevenção e educação em saúde, voltadas ao rastreamento, diagnóstico precoce, orientação e controle da Hipertensão Arterial Sistêmica e do Diabetes Mellitus, a serem realizadas no município de Francisco Santos - PI, com o objetivo de ampliar o acesso da população às ações preventivas, fortalecer as estratégias da Atenção Primária à Saúde e contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde da população, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade	Catser	Unidade	V. Unitário	V. Total
1	Contratação de empresa especializada para o planejamento, organização, coordenação e execução de campanhas de promoção, prevenção e educação em saúde, voltadas ao rastreamento, diagnóstico precoce, orientação e controle da Hipertensão Arterial Sistêmica e do Diabetes Mellitus, a serem realizadas no município de Francisco Santos, com o objetivo de ampliar o acesso da população às ações preventivas, fortalecer as estratégias da Atenção Primária à Saúde e contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde da população.	Mês	02	22802	80.000,00	160.000,00
VALOR TOTAL						160.000,00

1.2. O objeto desta contratação a ser contratado enquadrar-se como comuns, nos termos no [inciso XIII do art. 6º e no caput do art. 2º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133/2021](#).

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, nos termos do [art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

1.6. As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na execução do objeto, correrão por conta da Contratada.

1.7. A contratada será responsável por toda a logística, incluindo planejamento, mobilização comunitária, capacitação de profissionais locais, fornecimento de materiais informativos, montagem de estrutura física necessária, realização de exames preventivos, bem como acompanhamento e mensuração dos resultados alcançados, observando rigorosamente as diretrizes sanitárias vigentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. Encontra-se pormenorizada especificamente no item 4 do Estudos Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência exigências que devem ser obrigatoriamente levadas em consideração além das determinações.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.2.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, atender a todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, executando os serviços com profissionalismo, eficiência e qualidade. São suas obrigações:

- Planejar minuciosamente todas as etapas das campanhas, conforme diretrizes acordadas, elaborando cronograma físico-financeiro detalhado com metas claras e indicadores de desempenho;
- Organizar e realizar as campanhas em conformidade com os protocolos técnicos e normas sanitárias vigentes, observando especialmente as áreas temáticas previstas;
- Mobilizar a comunidade local com estratégias eficazes de comunicação e sensibilização, ampliando a abrangência e o impacto das campanhas junto à população urbana e rural;
- Capacitar os profissionais de saúde para atuação adequada nas campanhas, empregando métodos pedagógicos adequados ao público-alvo;
- Fornecer e distribuir materiais informativos, educativos e promocionais de qualidade, assegurando seu alinhamento com as diretrizes e conteúdos oficiais da Secretaria de Saúde;

- Assumir integralmente a organização logística, incluindo montagem e manutenção da estrutura física necessária, equipamentos, insumos e demais recursos materiais para a realização das atividades;
- Realizar os exames previstos com equipamentos devidamente calibrados e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias;
- Garantir o registro sistemático e sigiloso dos dados coletados, respeitando todas as normativas legais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando confidencialidade e integridade das informações;
- Elaborar relatórios periódicos e final, contendo análises quantitativas e qualitativas dos resultados alcançados, indicadores de desempenho e sugestões de melhorias, submetendo-os para avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;
- Atender prontamente às solicitações da fiscalização, adotando as correções e ajustes necessários para garantir a conformidade do serviço prestado;
- Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e quaisquer outros relacionados à execução do contrato e aos seus profissionais;
- Cumprir integralmente as normas de segurança, saúde do trabalho e proteção ambiental aplicáveis durante toda a execução dos serviços;
- Manter equipe técnica qualificada e canal constante de comunicação com a administração municipal para acompanhamento e solução de eventuais demandas.

4.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.3.1. Compete ao Município de Francisco Santos – PI, como contratante, prover as condições necessárias para o bom andamento das campanhas, garantindo:

- Apoio na mobilização social local, facilitando o contato com lideranças comunitárias, instituições parceiras e gestores que possam contribuir para o engajamento da população;
- Disponibilização de profissionais da rede municipal de saúde para cooperação técnica, acompanhamento e apoio às campanhas;
- Designação formal de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, acompanhando a execução dos serviços, aprovando relatórios e assegurando o cumprimento dos prazos e metas;
- Realização dos pagamentos conforme estabelecido no contrato, condicionado à apresentação e aprovação dos produtos e serviços pactuados;
- Promoção da articulação entre a contratada e demais órgãos e setores municipais envolvidos, favorecendo a integração das ações;
- Monitoramento e fiscalização intensiva, com a prerrogativa de aplicar medidas corretivas e sanções em função do desempenho da empresa contratada, garantindo a qualidade e a transparência na execução..

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 5.1. Este Termo de Referência será regido na forma descrita no contrato;
- 5.2. Regime de execução direta: por preço unitário, de acordo com o procedimento realizado;
 - 5.2.1. A realização dos serviços, serão através da modalidade sobreaviso e presencial;
- 5.3. A Contratada se responsabilizará pelo seu quadro de recursos humanos e responsabilizará civil e criminal pelo que tange a equipe de profissionais da execução dos exames laboratoriais.
- 5.4. A CONTRATADA deverá apresentar toda a documentação do corpo clínico antes do início das atividades, conforme a seguir:
 - Curriculum vitae;
 - Diploma;
 - Cédula de Identidade;
 - CPF;
 - Comprovação de Escolaridade (Diploma, Certificado...);
 - Certificação de Especialista (para funções específicas);
 - Carteira de Registro Profissional e Certidão Negativa emitida pelo Conselho representativo da categoria.
- 5.5. A Contratada obriga-se a iniciar a prestação dos serviços de forma imediata de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Serviço expedido pela Contratante, e no prazo máximo de 5 (cinco) dias após início da prestação dos serviços, apresentar as seguintes condições:
 - 5.15.1. Apresentar declaração de que se responsabiliza por toda e qualquer dano que a Contratante venha a sofrer em processo judicial ou administrativo, promovido por terceiros que reclamam da má qualidade dos serviços ora contratados, pelo que fica à ciência do processo;
 - 5.15.2. Apresentar declaração de que os proprietários, administradores e dirigentes da Contratada não exerçam cargo de chefia ou função de confiança no Município de Francisco Santos/PI.
 - 5.15.3. Todos os serviços contratados deverão ser prestados por profissionais pertencentes ao quadro de Recursos Humanos da Contratada sendo de sua inteira responsabilidade. Excepcionalmente, em virtude da paralisação dos serviços, a fim de assegurar a continuidade do tratamento dos pacientes, permitir-se-á a subcontratação dos serviços, mediante anuência formal da contratante e vistoria prévia do local subcontratado. Portanto a contratada deverá prestar os serviços diretamente com seus profissionais devidamente capacitados e habilitados, com inscrição nos referidos conselhos de classe, com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais. Considerando-se profissionais da Contratada: O membro de seu corpo técnico.

5.6. O profissional que com ela tenha vínculo de emprego. O profissional autônomo que a ela presta serviço: a empresa, o grupo, a sociedade, ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área da saúde, em seu estabelecimento.

5.7. Excepcionalmente, em virtude da paralisação dos serviços, a fim de assegurar a continuidade do tratamento dos pacientes, permitir-se-á a subcontratação dos serviços, mediante anuência formal da contratante e vistoria prévia do local subcontratado;

5.8. A subcontratada se sujeitará a todas as obrigações e sanções aplicadas à Contratada, ficando esta responsável por todas as ações praticadas pela subcontratada;

5.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.11.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ([Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput](#)).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ([Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º](#)).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

7.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º](#)).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º](#)).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados ([Lei nº 14.133/2021, art. 119](#)).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante ([Lei nº 14.133/2021, art. 120](#)).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ([Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput](#)).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ([Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º](#)).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim ([IN 5/2017, art. 44, §2º](#)).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato ([IN 5/2017, art. 44, §1º](#)).

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM ÚNICO.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Habilitação jurídica:

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.3.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

8.3.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Técnica:

8.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço

atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

9.1. Os recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes das futuras contratações do objeto contratado serão custeados com recursos do Tesouro Municipal.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

10.1. Recebimento do Objeto:

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança

equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.2.3.1. o prazo de validade;
- 10.2.3.2. a data da emissão;
- 10.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.2.3.4. período respectivo de execução do contrato;
- 10.2.3.5. o valor a pagar; e
- 10.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.5. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de



MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

C.N.P.J 01.094.665.0001-74

Rua 24 de Dezembro, nº 165, Bairro Centro = CEP: 64.645-000
Francisco Santos – PI

E-mail: smsfsantos@saude.pi.gov.br



pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.10. Prazo de pagamento

10.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

10.10.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

10.11. Forma de pagamento

10.11.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.12.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.12.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

11.1. Para a eventual aquisição, será atendida através da modalidade Pregão em sua forma Eletrônica. A escolha dessa modalidade é justificada pela [Lei Federal nº 14.133/21](#) que institui a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e ainda, pelo estabelecido no instrumento convocatório que norteará o referido certame. Ainda, será realizada através de dispensa na forma eletrônica.

11.2. A escolha desta modalidade de contratação poderá representar uma economia satisfatória para o Município, ao proporcionar a ampla concorrência de licitantes em todo o Brasil.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

C.N.P.J 01.094.665.0001-74

Rua 24 de Dezembro, nº 165, Bairro Centro = CEP: 64.645-000
Francisco Santos – PI

E-mail: smsfsantos@saude.pi.gov.br



12. DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.1. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA a outrem, não se admitindo a subcontratação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

14.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2. Fica designada a servidora **Josemaria de Sousa Santos**, portadora do RG nº 1.687.113 SSP/PI e do CPF nº 909.366.713-00, e-mail: josemaria06babara@gmail.com, telefone (89) 98102-8573 e matrícula nº 000250, como a "gestora titular do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento;

14.3. Fica designada a servidora Rosa Maura de Lima Carvalho Nascimento, portadora do RG nº 2.390.785 SSP/PI, CPF nº 041.155.313-55, e-mail: analivialohan@gmail.com, telefone (89) 98108-9353, e Matrícula nº 00570, como a "gestora suplente do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular;

14.4. Fica designado a servidora **Juliana de Sousa Cruz**, portadora do RG nº 3.678.332 SSP-PI e do CPF 054.494.433-07, e-mail: nerandasousa@gmail.com, telefone (89) 99414-8698 nº 000629, como a "fiscal titular do presente Contrato", o qual acompanhará a execução do fornecimento;

14.5. Fica designada a servidora Iara Raíle de Oliveira Santos, CPF nº 033.509.503-88, e-mail: iararaile0714@gmail.com, telefone (89) 99403-2519 e matrícula nº 00701, como a "fiscal suplente do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular.

15. DO REAJUSTE:

15.1. O preço contratado é fixo e irreajustável, pelo período de 12 (doze) meses na forma do [parágrafo 1º do artigo 28 da Lei nº 9.069/95](#).

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- 17.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 17.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 17.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 17.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens "17.1.2.", "17.1.3." e "17.1.4." do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens "17.1.5.", "17.1.6.", "17.1.7." e "17.1.8." do subitem acima deste Contrato, bem como nos itens "17.1.2.", "17.1.3." e "17.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 17.2.4. Multa:
 - 17.2.4.1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
- 17.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 17.2.5.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.2.5.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.2.5.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.2.5.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.4. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 17.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 17.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.4.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 17.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.5. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.6. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.7. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas



MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

C.N.P.J 01.094.665.0001-74

Rua 24 de Dezembro, nº 165, Bairro Centro = CEP: 64.645-000

Francisco Santos – PI

E-mail: smsfsantos@saude.pi.gov.br



Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

17.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

18. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. DAS ALTERAÇÕES:

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina [dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

20. DA VIGÊNCIA DO CONTATO E DO REAJUSTE:

20.1. A vigência do Contrato será até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da data da sua assinatura.

20.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

20.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que

inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

20.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

21. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A presente contratação compreende a prestação de serviços especializados para planejamento, organização, mobilização comunitária, execução e monitoramento da Campanha Municipal de Rastreamento e Prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com foco na Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e no Diabetes Mellitus (DM), no município de Francisco Santos – PI.

21.2. A estimativa dos quantitativos necessários para execução das atividades foi elaborada considerando o período previsto de 02 (dois) meses de realização da campanha, bem como a necessidade de ampliar o acesso da população às ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, rastreamento e diagnóstico precoce dessas condições crônicas.

21.3. Os quantitativos definidos baseiam-se na análise da capacidade operacional da rede municipal de Atenção Primária à Saúde, na estimativa de público a ser mobilizado durante o período da campanha e na necessidade de fortalecer as estratégias de identificação precoce de indivíduos com fatores de risco ou suspeita de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus.

21.4. A contratação será realizada em lote único, contemplando todos os serviços necessários ao planejamento, organização, mobilização social, execução das atividades assistenciais, ações educativas e monitoramento dos resultados da campanha, garantindo maior integração entre as ações, melhor coordenação operacional e maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato.

21.5. No âmbito das ações de rastreamento cardiovascular, estima-se a realização de 100 (cem) exames de eletrocardiograma, destinados à avaliação clínica de pacientes com fatores de risco para doenças cardiovasculares associadas à hipertensão arterial.

21.6. Para fortalecimento das estratégias de rastreamento do Diabetes Mellitus, está prevista a realização de 100 (cem) exames laboratoriais de hemoglobina glicada, exame essencial para avaliação do controle glicêmico e identificação de casos suspeitos ou não diagnosticados.

21.7. Estima-se ainda a realização de 50 (cinquenta) consultas com médico especialista, destinadas à avaliação clínica de pacientes identificados com alterações nos exames de triagem, possibilitando diagnóstico mais preciso e definição de condutas terapêuticas adequadas.

21.8. Considerando a necessidade de identificação precoce de possíveis complicações associadas às doenças crônicas, especialmente renais, está prevista a

realização de 50 (cinquenta) exames laboratoriais para avaliação da função renal, importantes para detecção de alterações decorrentes da hipertensão arterial e do diabetes mellitus.

21.9. No campo da educação em saúde, está prevista a realização de 02 (duas) palestras educativas, abordando temas relacionados à prevenção e controle da hipertensão e do diabetes, alimentação saudável, prática regular de atividade física, adesão ao tratamento e importância do acompanhamento contínuo nos serviços de Atenção Primária à Saúde.

21.10. Como parte das atividades de triagem e mobilização da população, estima-se a realização de 200 (duzentas) aferições de pressão arterial e 200 (duzentos) testes de glicemia capilar, visando identificar precocemente indivíduos com alterações nos níveis pressóricos e glicêmicos.

21.11. Para apoio às atividades educativas e eventos programados durante a campanha, está prevista a realização de 02 (dois) coffee break, com a finalidade de promover acolhimento aos participantes e favorecer maior adesão da comunidade às ações.

21.12. Também será realizada ornamentação temática dos espaços destinados à execução das atividades, com o objetivo de criar ambientação adequada, fortalecer a identidade visual da campanha e estimular maior participação da população.

21.13. Para fins de divulgação institucional, está prevista a confecção de 02 (dois) banners informativos, contendo orientações educativas sobre prevenção, diagnóstico e controle da hipertensão arterial e do diabetes mellitus.

21.14. Está prevista ainda a confecção de 100 (cem) camisetas institucionais da campanha, destinadas à identificação da equipe organizadora e ao fortalecimento das ações de mobilização comunitária.

21.15. A contratação também contempla a produção e distribuição de material educativo de 500 folders ou cartilhas informativas, contendo orientações sobre prevenção da hipertensão e do diabetes, hábitos de vida saudáveis e importância do acompanhamento regular na Atenção Primária à Saúde.

21.16. Ao final da execução das atividades, a empresa contratada deverá apresentar 01 (um) relatório técnico consolidado, contendo a descrição das ações realizadas, quantitativo de atendimentos efetuados, registros das atividades desenvolvidas e avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados durante a campanha.

21.17. Dessa forma, os quantitativos estimados foram dimensionados de modo a atender adequadamente à população durante o período de execução da campanha, assegurando a realização de ações integradas de educação em saúde, rastreamento, diagnóstico inicial e encaminhamento para acompanhamento clínico, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de prevenção e controle das doenças crônicas no município de Francisco Santos – PI.

22. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

22.1. A abordagem metodológica para a execução das campanhas se dará por meio das seguintes etapas:

- Planejamento Estratégico: elaboração de um plano detalhado contemplando objetivos, público-alvo, recursos necessários, cronograma, indicadores e metas a serem atingidas;
- Mobilização Comunitária: ações de divulgação e sensibilização utilizando meios de comunicação locais, parcerias institucionais, lideranças comunitárias e estratégias de engajamento social para garantir ampla participação;
- Execução das Ações: organização logística para realização dos exames, orientações e atividades educativas; garantia da infraestrutura operacional e dos recursos materiais exigidos;
- Coleta e Registro de Dados: sistema rigoroso para registro dos dados dos participantes, garantindo a confidencialidade e a integridade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Monitoramento e Avaliação: acompanhamento sistemático dos indicadores de desempenho, análise crítica dos resultados alcançados, elaboração de relatórios parciais e final, com propostas de melhorias para otimização das próximas campanhas;
- Encerramento: apresentação formal dos resultados à administração municipal, com relatórios completos e recomendações para continuidade das ações preventivas.
- Essa metodologia visa assegurar a qualidade técnica, o cumprimento das metas e a satisfação dos objetivos estabelecidos, garantindo eficácia das campanhas e impacto positivo na saúde da população de Francisco Santos – PI

23. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. Designar A medição dos serviços executados será realizada com base na **comprovação efetiva das atividades previstas neste Termo de Referência**, observando o cumprimento dos quantitativos, metas e ações estabelecidas para a campanha **“Rodas de Cuidado: Diálogos e Ações de Saúde da Mulher na Comunidade”**.

23.2. A empresa contratada deverá apresentar documentação comprobatória que demonstre a realização das atividades programadas, a qual será analisada pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria Municipal de Saúde. A medição considerará a execução das ações assistenciais, educativas e logísticas previstas, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para a campanha.

23.3. Para fins de aferição e validação da execução dos serviços, serão considerados os seguintes elementos:

- comprovação do **quantitativo de atendimentos realizados** no âmbito da campanha;

- comprovação da realização de **75 coletas de exames citopatológicos**, devidamente registradas e executadas por profissionais habilitados;
- comprovação da realização de **75 consultas em saúde sexual e reprodutiva**, com registro dos atendimentos realizados;
- comprovação da realização de **75 atendimentos para solicitação de mamografia**, com registro dos encaminhamentos efetuados;
- comprovação da realização de **02 rodas de conversa educativas**, voltadas à prevenção e promoção da saúde da mulher;
- **registros fotográficos das atividades desenvolvidas**, evidenciando a execução das ações da campanha;
- **listas de presença dos participantes das atividades coletivas**, especialmente das rodas de conversa realizadas; e
- apresentação de **relatório técnico final**, contendo a descrição detalhada das atividades executadas, quantitativo de atendimentos realizados, avaliação das ações desenvolvidas e demais registros que comprovem a execução do objeto contratado.

23.4. A medição dos serviços será realizada pelo fiscal do contrato, que deverá verificar a conformidade das atividades executadas com as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo solicitar informações ou documentos adicionais sempre que necessário para comprovação da execução do objeto. O pagamento somente será autorizado após a **validação das atividades executadas e aprovação do relatório técnico apresentado pela empresa contratada**.

24. ETAPAS E CRONOGRAMA

24.1. A execução da Campanha Municipal de Rastreamento e Prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com foco na Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e no Diabetes Mellitus (DM), no município de Francisco Santos – PI, será desenvolvida de forma planejada e organizada, contemplando etapas sequenciais que envolvem planejamento, mobilização, execução das ações de rastreamento e educação em saúde, bem como monitoramento e avaliação dos resultados;

24.2. As atividades deverão ser executadas ao longo do período estimado de 02 (dois) meses, conforme cronograma previamente pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a adequada organização das ações e a participação da população.

24.3. A primeira etapa consiste no planejamento operacional da campanha, momento em que a empresa contratada deverá realizar reuniões de alinhamento com a gestão municipal de saúde, definir estratégias de execução, elaborar cronograma detalhado das atividades, organizar as equipes envolvidas e planejar a logística necessária para realização das ações.

24.4. Na segunda etapa será realizada a mobilização e divulgação da campanha, incluindo a produção e distribuição de materiais informativos, divulgação das

ações junto à comunidade e organização da infraestrutura necessária para realização das atividades de triagem, exames e ações educativas.

24.5. A terceira etapa corresponde à execução das ações de rastreamento e triagem da população, contemplando a realização de aferições de pressão arterial, testes de glicemia capilar, exames complementares previstos, além do encaminhamento de usuários com alterações para avaliação clínica especializada.

24.6. Na quarta etapa serão desenvolvidas as ações educativas em saúde, incluindo palestras e orientações voltadas à prevenção e controle da hipertensão e do diabetes, abordando temas como alimentação saudável, prática de atividade física, adesão ao tratamento e importância do acompanhamento regular nos serviços de saúde.

24.7. A quinta etapa consiste no monitoramento e consolidação dos resultados da campanha, incluindo o registro das atividades realizadas, organização dos dados coletados, avaliação dos resultados alcançados e elaboração de relatório técnico final a ser apresentado à Secretaria Municipal de Saúde.

24.8. O cronograma estimado de execução das atividades poderá ser organizado conforme o quadro a seguir:

Etapa	Descrição das Atividades	Período Estimado
1	Planejamento operacional da campanha, reuniões de alinhamento e organização logística.	Semana 1
2	Mobilização comunitária, divulgação da campanha e preparação da infraestrutura.	Semana 2
3	Execução das ações de triagem e rastreamento (aferição de pressão arterial, glicemia capilar e exames previstos).	Semanas 3 a 6
4	Realização das palestras educativas e atividades de promoção da saúde.	Semanas 4 a 7
5	Avaliação dos resultados, consolidação dos dados e elaboração do relatório técnico final.	Semana 8

24.9. O cronograma poderá sofrer ajustes operacionais, desde que previamente acordados com a Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Santos – PI, sem prejuízo ao cumprimento dos objetivos da campanha.

25. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

25.1. A aceitação dos serviços e entregas pela Administração Municipal estará condicionada à observância dos seguintes critérios:

- Conformidade Técnica: Todos os serviços, atividades e produtos entregues deverão atender integralmente às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nas normas sanitárias vigentes, incluindo o uso de materiais originais, equipamentos devidamente calibrados e técnicas atualizadas para execução dos exames e capacitações;
- Qualidade dos Materiais: Os materiais educativos e informativos devem ser

entregues em perfeito estado, aplicando linguagem acessível e adequada ao público-alvo, aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde antes da distribuição;

- Entrega dentro do Prazo: O cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente cumprido, com entregas pontuais dos produtos intermediários (relatórios parciais, registros técnicos) e final, respeitando os prazos estabelecidos;

- Relatórios Completos e Detalhados: Os relatórios parciais e final deverão contemplar análises quantitativas (número de participantes, exames realizados, dados epidemiológicos) e qualitativas (satisfação, dificuldades enfrentadas, recomendações), acompanhados de documentação comprobatória adequada;

- Aderência à Legislação: Observância plena às determinações legais, incluindo normas de biossegurança, privacidade e proteção de dados pessoais (LGPD);

- Ações Comprovada: Evidências das capacitações realizadas, com controles de presença, conteúdo programático e avaliação de aproveitamento;

- Resposta às Não Conformidades: Correção imediata e eficiente de quaisquer falhas ou não conformidades identificadas durante a fiscalização.

25.2. A reprovação das entregas ou produtos implicará na aplicação de prazos para correção sob risco de penalidades contratuais.

26. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

26.1. O valor estimado para a execução da Campanha Municipal de Rastreamento, Prevenção e Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com ênfase na Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e no Diabetes Mellitus (DM), no município de Francisco Santos – PI, é de **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**.

26.2. Esse montante contempla a prestação de serviços especializados necessários ao planejamento, organização, mobilização comunitária e execução das ações da campanha, incluindo atividades de educação em saúde, triagem populacional, aferição de pressão arterial, testes de glicemia capilar, realização de exames complementares de rastreamento, avaliação clínica de casos identificados e encaminhamento dos usuários para acompanhamento na rede municipal de Atenção Primária à Saúde.

26.3. O valor estimado também abrange os custos operacionais relacionados à logística, materiais educativos, estrutura de apoio às atividades, mobilização social e elaboração de relatório técnico final, garantindo a adequada implementação das ações e o alcance dos objetivos propostos pela campanha, voltados à prevenção, diagnóstico precoce e controle das doenças crônicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população de Francisco Santos – PI.

27. DA PUBLICAÇÃO:

27.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133](#),



MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

C.N.P.J 01.094.665.0001-74

Rua 24 de Dezembro, nº 165, Bairro Centro = CEP: 64.645-000
Francisco Santos – PI

E-mail: smsfsantos@saude.pi.gov.br



de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

28. FORO (art. 92, §1º)

28.1. Fica eleito o Foro da comarca de Picos - PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Francisco Santos – PI, 28 de abril de 2026.

TÁSSIA GISELE DE SOUSA MEDEIROS CARVALHO

Secretária Municipal de Saúde
CPF: 033.442.493-39 – Matrícula: 00014

Aprovo o presente Termo de Referência na forma da Lei.

JOSÉ EDSON DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Francisco Santos/PI